

GLOBALIZAÇÃO E SEUS ASPECTOS GEOGRÁFICOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

LUCAS LABIGALINI FUINI¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar, mediante revisão bibliográfica de obras selecionadas, os aspectos geográficos centrais que podem ser apontados como fundamentais para se explicar a globalização, como tema, período e processo. Nesse sentido, nossa análise se debruçará sobre os fatores sociais, políticos e econômicos que determinados autores refletem como sendo indicativos de um novo período da acumulação capitalista. Em perspectiva crítica, trataremos da dialética intrínseca à (des)territorialização dos indivíduos, grupos e redes, face a relação conflituosa de imposição e de resistência entre os níveis espaciais global e local, com destaque para o entendimento sobre a posição do Brasil no nível intermediário de análise dessa economia-mundo.

Palavras-chave: *Globalização. Meio técnico-científico-informacional. Brasil. (Des)territorialização.*

INTRODUÇÃO

O período atual é marcado, segundo Harvey (2009), por uma intensa compressão do espaço-tempo, compressão esta que tem exercido uma influência desorientada e de rompimento sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural das pessoas. E a principal razão desse processo corrente foi a transição do modelo de acumulação fordista para o de acumulação flexível, que trouxe a rápida implantação de novas formas organizacionais e novas tecnologias produtivas. Assim, pode-se afirmar que se produziu uma compressão do espaço pelo tempo, dada a velocidade dos fluxos transitando por redes materiais de comunicação e informação, designando o seguinte cenário:

Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraentes para o capital altamente móvel (HARVEY, 2009, p. 266).

Nesse sentido, um dos fenômenos marcantes a definir essas novas qualidades do espaço e suas especificidades na construção de territórios e lugares foi a crescente integração dos

¹ Professor Assistente do curso de Geografia da UNESP-Campus de Ourinhos.

mercados, da produção e das finanças, a denominada globalização, processo este que funda uma nova divisão territorial do trabalho que acirra as desigualdades no espaço mundial.

Nesse sentido, Santos (2001, p. 183) manifesta essa crítica que se faz acerca do caráter polarizador da globalização, reproduzindo elementos da análise de Beck (1998) da seguinte forma

[...] os conceitos de globalização e de localização expressam uma nova polarização e estratificação social em nível internacional: ricos globalizados e pobres localizados. Além disso, é necessário assinalar que a polarização entre riqueza e pobreza acaba bloqueando a demanda global, incidindo diretamente na capacidade de reprodução do sistema. A desigualdade social e a existência de enormes contingentes populacionais que estão à margem do processo de desenvolvimento multiplicam e aprofundam os conflitos sociais e a deterioração da qualidade de vida na maioria das regiões do planeta. Por conseguinte, o problema da exclusão social torna-se hoje uma questão fundamental, que requer muito mais soluções estruturais do que reformas paliativas.

Desse modo, o presente artigo se baseia em uma metodologia de revisão bibliográfica de obras selecionadas, em método hipotético-dedutivo, buscando abordar os principais elementos constituintes do período e processo de globalização e de seu arcabouço geográfico, refletindo, por meio de hipóteses críticas e do diálogo entre autores, sobre alguns dos impactos desse projeto de "economia-mundo" integrado sobre a constituição de territórios e, mais especificamente, sobre o território brasileiro.

A primeira parte de nossa análise abordará os pressupostos da construção de uma economia mundo globalizada, com seus elementos constitutivos e suas principais influências econômicas, sociais e políticas. A segunda parte sistematiza os elementos principais do esquema interpretativo da espacialização da globalização, chamado de meio técnico-científico e informacional. A terceira parte debate a perspectiva da (des)territorialização da economia atual como elemento fundamental para se pensar e explicar a globalização. A quarta e última parte enfoca algumas outras leituras que exploram o cenário brasileiro como tema de estudo face ao processo contemporâneo de abertura econômica; pensando-se na posição do Brasil na globalização.

A CONSTRUÇÃO (INTERROMPIDA) DE UMA ECONOMIA MUNDIAL GLOBALIZADA

Há certo consenso no pensamento científico ao se afirmar que o conceito, processo, fato e ideologia da globalização é um momento recente da história do capitalismo, um estágio mais avançado da mundialização do capital, e que diz respeito às suas implicações mais agudas ao período que se inicia em fins dos anos 1970 e que se conflagra no encerramento dos 1980, com a queda do Muro de Berlim; e, alguns anos depois, com o colapso da União Soviética.

Assim, a globalização somente se realiza com a definição de um território-mundo globalmente articulado para a reprodução do capitalismo, conquanto ser este movimento fundamentalmente contraditório e desigual. É um processo que se desdobra em várias dimensões (produtiva, comercial, tecnológica e financeira) e cuja consolidação reconhece um novo padrão tecnológico que permite a aceleração das trocas de produtos, capitais e informações, além de tornar mais rápida a circulação de pessoas. Assim, uma das novidades da globalização é a emergência de uma nova ordem mundial, ou seja, uma estrutura de poder mundial definida pelos interesses das grandes corporações transnacionais e pelos organismos internacionais que gerenciam o capital financeiro para os países mais ricos.

Além disso, globalizar envolve também reconhecer mudanças no papel do Estado-nação na economia e sociedade contemporâneas. Em muitas nações, o Estado diminui seu peso como agente distribuidor de renda e garantidor de benefícios sociais e trabalhistas, e passa a atuar, em que pese as disparidades e modos de regulação nacionais e regionais, como regulador dos conflitos entre capital e trabalho. A sua ação também envolve um deslizamento de escalas de ação (BENKO, 2001), transferindo poderes e responsabilidades para os níveis maiores (global e supranacional), articulados pelos blocos econômicos comerciais, organismos multilaterais e pelas grandes corporações transnacionais, e os níveis menores, dos âmbitos locais e regionais das municipalidades e entidades subnacionais.

Esses movimentos, para muitos analistas, são compreendidos como parte de um projeto neoliberal de abertura de mercados nacionais para o grande capital estrangeiro, projeto este

conduzido por países ricos atrelados ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial e que necessitavam do desmonte e desregulamento de determinadas instituições *keynesianas* estatais para viabilizar a fluidez territorial dos investimentos produtivos e financeiros. É a leitura que dá destaque à relação assimétrica de poder do global para o local, um modelo de desenvolvimento de “cima para baixo” baseado na homogeneidade.

Outros autores, em contrapartida, viram na transferência de poderes para as unidades locais e regionais um modelo alternativo ao capitalismo fordista, denominada de acumulação flexível, e que dava oportunidade à manifestação de realidades territoriais em arranjos flexíveis e horizontais de produção, alguns deles imersos em esquemas de regulação política público-privada, para dar respostas aos desafios impostos pela acentuada competitividade mundial. É a leitura das respostas – por vezes resistências – locais ante o global, um modelo de desenvolvimento de “baixo para cima”, baseado na heterogeneidade.

A globalização também reconhece em seu bojo uma modificação da divisão internacional e territorial do trabalho através da reestruturação econômica do espaço mundial. Desse modo, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) afirmam que, tanto no âmbito internacional quanto no âmbito inter-regional e nacional, opera uma nova DIT, que passa a estar baseada não mais rigidamente nos setores da economia por produto, mas nos níveis tecnológicos da produção, nas formas de gestão e nas relações de trabalho dominantes (*Quadro 1*). Daí, distinguem-se três grandes espaços de reprodução diferenciada do capital:

Quadro 1 - Espaços atuais da Divisão Internacional do Trabalho

<i>Espaços</i>	<i>Características</i>	<i>Exemplos</i>
<i>Centrais</i>	Espaços que detêm o domínio do capital financeiro, dos investimentos da produção e o controle das tecnologias mais avançadas e da difusão das informações, com oferta de mão-de-obra qualificada. Concentram-se em países centrais capitalistas e regiões de densidades em países intermediários.	<ul style="list-style-type: none"> - Cidades globais; - Centros financeiros e paraísos <i>offshore</i>; - Tecnopolos; - Áreas de industrialização de ponta no Sudeste-Sul no Brasil;
<i>Intermediários</i>	Espaços com certa independência, em que predominam atividades econômicas com níveis intermediários de tecnologia e mão-de-obra semi-qualificada;	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas com filias de empresas transnacionais em países subdesenvolvidos industrializados; - Regiões de concentração de indústria siderúrgicas no mundo; - Agroindústrias produtoras de <i>commodities</i> agrícolas em regiões de modernização recente; - Região do Grande ABC no Brasil.
<i>Periféricos</i>	Espaços com grande dependência do capital financeiro internacional, em que a produção é de baixo nível tecnológico ou se volta basicamente para a simples reprodução de tecnologias externas, como indústrias de montagem de produtos que exigem força de trabalho pouco qualificada e com altos níveis de exploração.	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Sweatshops</i> de montagem de produtos com mão-de-obra barata na Ásia e América Latina; - Monoculturas latifundiárias de baixa produtividade em regiões pobres da África e América Latina; - Indústrias têxteis subcontratadas que utilizam mão-de-obra informal em São Paulo capital.

Fonte: Adaptado de Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006.

Castells (2006) define a economia global como uma nova realidade histórica, pautada no elemento informacional, uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária.

Embora o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua, sempre tentando superar limites temporais e espaciais, foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infraestrutura propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e liberalização postas em prática pelos governos e instituições internacionais (CASTELLS, 2006, p. 142).

No entanto, a diferenciação espacial ainda é a marca da expansão do capitalismo em escala mundial, porque a maior parte da produção, do emprego e das empresas é local e regional. Tal economia concentra em apenas determinados núcleos os mercados financeiros, o comércio internacional, a produção transnacional, a ciência e a tecnologia e a mão-de-obra especializada. Castells (2006) aponta alguns cenários daquilo que chama de “geometria” variável da economia global:

- a) Concentração do estoque de ciência e tecnologia em poucos países e regiões;
- b) Padrão seletivo e multilocalizado das redes globais de conhecimento tecnológico;
- c) Economia global não-planetária, pois, embora seus efeitos alcancem todo o planeta, sua operação e estruturas reais se associam a segmentos de estruturas econômicas, países e regiões, em proporções que variam conforme a posição particular de um país ou região na divisão internacional do trabalho.

Spósito (2003) retoma a obra de Petrella (1996) e estabelece sete eixos de definição principais para a categoria "globalização", envolvendo diversos elementos e processos referentes aos âmbitos econômico, social, político e espacial de análise: a) Das finanças e do capital (mobilidade internacional do capital, fusões, aquisições e mercado de ações); b) Dos mercados e estratégias de competitividade (integração das operações empresariais e ações no estrangeiro, incluindo P&D e financiamento, além de variadas alianças estratégicas no nível mundial); c) Da tecnologia, da P&D e dos conhecimentos (Expansão das tecnologias da informação e comunicação e constituição de redes mundiais entre companhias, com a universalização do

toyotismo) ; d) Das formas de vida e dos modelos de consumo (transplante das formas de vida predominantes e igualização dos modelos de consumo, transformando-se a cultura em 'produto cultural'); e) Das competências reguladoras e da governança (Diminuição da importância de parlamentos e governos nacionais, com tentativa de se desenharem normas e instituições de governança mundial); f) Da unificação política do mundo (Integração das sociedades e Estados mundiais em um sistema político-econômico com poder central); g) Das percepções e consciência planetária (Processos socioculturais centrados na ideia de cidadania mundial e alicerçados em movimentos sociais globalizadores).

Há aqueles autores que postulam, em contrapartida, que não há nenhuma novidade em se falar de "globalização do capitalismo" e que, portanto, esse conceito passa a ter pouca validade explicativa para tratar dos fenômenos socio-econômicos, políticos e espaciais contemporâneos. Mamigonian (2000 e 2001) afirma, com forte conotação ideológica, que a ideia de globalização foi criada por economistas de direita das universidades norte-americanas, estimulando a produção de teorias que, ao mesmo tempo, fossem úteis aos seus patrões e também rendessem proventos financeiros para suas pesquisas, especialmente após a queda da URSS. Além disso, seria apenas uma forma de imperialismo disfarçado, identificado com a expansão do modelo de acumulação liderado pelos Estados Unidos. Além disso, o autor (*apud* Spósito, 2003) identifica três grupos de interpretações sobre a globalização: a) dos neoliberais: entusiasmados com a globalização e abertura de mercados; b) centristas: se esforçam em dar um caráter palatável à globalização, combatendo seus efeitos perversos; c) posturas de esquerda: que partem da necessidade de análises concretas das forças produtivas, das novas relações de produção, do papel do capital financeiro e da atual conjuntura do Estado.

Pensamos que a globalização, como projeto, conceito, realidade geográfica ou período histórico (podendo se identificar com apenas um desses elementos ou com todos eles), traz novas leituras sobre a sociedade atual e que não podem ser desprezadas ou resumidas em conjuntos simplórios. A globalização pode ser identificada como último estágio de um processo cíclico de expansão do capitalismo e, nesse sentido, evidencia novos paradigmas de industrialização, acumulação e regulação, que carecem de investigação e entendimento

científico. Pensar nos aspectos sociais e ambientais negativos da globalização é parte da reflexão crítica indispensável à compreensão mais coerente sobre o tema.

Portanto, para evitarmos a discussão acalorada despida de densidade intelectual, concordamos com Spósito (2004) no que tange a que globalização, para a ciência geográfica é, antes de mais nada, um tema de sua agenda de pesquisas. Tema significa, em perspectiva do vocabulário do nosso idioma, uma proposição de que se vai tratar ou que se vai provar. Ou seja, trata-se de um tema em aberto e que pode ser abordado sob diferentes referenciais teóricos e cuja comprovação (ou refutação) depende de variados estudos de caso nas escalas espaciais nacionais, regionais e locais. Pode-se discordar de que globalização seja um processo que traga ganhos às nações, que seja um bom processo, mas não podemos confrontar a ideia de que globalização é um bom tema ao debate das ciências humanas e sociais, com ganhos à reflexão e à crítica.

O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A ESPACIALIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

É reconhecido que um dos elementos mais inovadores da globalização é o seu elemento tecnológico, que produz alterações na configuração econômica (arranjos de produção, comercialização e distribuição), política (normas e regulamentos) e espacial de países e regiões. E, no que diz respeito à organização do espaço na globalização, temos como importante modelo de entendimento dessa realidade complexa a ideia de meio técnico-científico-informacional (MTCI).

O conceito de MTCI, sempre associado ao pensamento de Milton Santos (1996), é, antes de tudo, a combinação de um período junto à realidade contemporânea da organização espacial em territórios e lugares variados. Como período, marca a união da ciência e da técnica sob a égide do mercado global. Na lógica espacial, os objetos técnicos tendem a ser cada vez mais informacionais, dada a intencionalidade de sua produção e localização.

O espaço passa a funcionar como uma unidade através da lógica global que se impõe aos territórios, criando-se, então, uma configuração territorial na qual os espaços reservados ao

processo direto de produção tendem a ser cada vez mais restritos, enquanto alarga-se o espaço destinado a outras instâncias das outras instâncias, como a circulação, distribuição e consumo. Esse aumento da necessidade de intercâmbio aprofunda a especialização produtiva dos lugares, as áreas separadas onde a produção de certos produtos é mais vantajosa.

O MTCI, como meio geógrafo, assegura o funcionamento do conjunto de processo chamado de globalização. Trata-se da “cara geográfica da globalização”. Seus elementos fundamentais, ou teses, apontados por Santos (1996) são:

- a) Conhecimento como recurso:* o conhecimento se torna um dado estratégico a colaborar na concorrência entre atividades econômicas pelo mercado global;
- b) Espaços nacionais da economia internacional:* os territórios nacionais tornam-se espaços da economia internacional devido à ação de atores hegemônicos e à quebra de barreiras legais que impediam o domínio indiscriminado do comércio e mercados globais;
- c) Região como fenômeno universal:* as regiões tornam-se fenômenos universais, tendo como principal característica a configuração de particularidades locais adaptadas às regras internacionais e ações hegemônicas;
- d) Produtividade espacial e a guerra dos lugares:* os subespaços têm se aperfeiçoado, através de técnicas científicas e da adaptação organizacional, para tornarem-se propícios, em termos de rentabilidade, ao desenvolvimento de atividades. Com isso, surge uma guerra.
- e) Simultânea fixidez, rigidez e fluidez:* as necessidades da economia global impostas aos lugares tendem a tornar as estruturas das cidades cada vez mais semelhantes, tornando os dados culturais cada vez mais endurecidos para o encaixe nos moldes mundiais, transformando paisagem para dotar os subespaços de maior fluidez aos movimentos da economia e sociedade;
- f) A crise ambiental:* decorre das adaptações locais aos objetos técnicos que acabam por influenciar os ambientes naturais, sendo que os investimentos de governos e empresas privadas raras vezes são aplicados na recuperação e manutenção do ambiente natural;

g) Tecnoesfera e psicoesfera: são estruturas analíticas e psicossociais que refletem a dependência da ciência e tecnologia para o desenvolvimento das relações de produção e a adaptação da sociedade do trabalho aos valores sociais da produção e comunicação globalizadas;

h) Reino das necessidades ao da liberdade: os objetos técnicos e informacionais tornam mais ágeis e lucrativas as relações globais, atendendo as necessidades do mercado. No entanto, as tecnologias permitiram também a ampliação da comunicação entre os homens e a união dos atores regionais para sobrevivência ao "motor único" (SANTOS, 2001) da globalização.

HIPÓTESES SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

A territorialização e desterritorialização dos agentes sociais passa, necessariamente, pela influência dos elementos da globalização e dos fluxos técnico-científico-informacionais. As configurações espaciais possíveis para esses movimentos envolvem a configuração de redes, os aglomerados e os sistemas.

As redes são definidas pela conexão e ligação que está na base de fluxos de mercadorias e de informações. Segundo Dias (2006), os nós das redes são lugares de conexão, lugares de poder e de referência, solidarizando os elementos espaciais. Os fluxos de informação, na atualidade, são decisivos na constituição de movimentos materiais e imateriais e na articulação de objetos e ações em rede.

Castells (2006) afirma que a nova economia da globalização tem no funcionamento em rede um de seus aspectos centrais, pois as tecnologias da informação e comunicação deram a possibilidade de ocorrer uma vinculação histórica entre a base de conhecimentos e informações de alcance global, criando um novo sistema econômico alicerçado na produtividade pautada na rede de conexões entre agentes econômicos. Essa nova economia emergente no final do século XX é definida por sua tridimensionalidade: global, informacional e em rede. E essa característica global decorre do fato de que as principais atividades produtivas, o consumo, a

circulação – assim como seus desígnios (capital, trabalho, matérias-primas, informação, tecnologia e mercados) – estão organizados em escala global, mediante redes de conexões envolvendo agentes econômicos cujo diferencial competitivo, tanto no âmbito das empresas, quanto das regiões e nações, depende, basicamente, de sua capacidade de gerar, processar e aplicar, de forma eficiente, a informação baseada em conhecimentos.

Santos (1996) compreende que as redes são infraestruturas com fluidez de comunicação e interações sociais, não sendo mais apenas territoriais, pois envolvem a participação de objetos técnicos, como computadores e telecomunicação. As redes são responsáveis hoje pela divisão do trabalho e operam de maneira dialética, por dois motivos:

a) Estabelecem a relação entre os territórios mundial, nacional e local, conectando a sociedade local que executa o trabalho com o território nacional que realiza o trabalho político, com leis, incentivos e planos, e o global, que demanda trabalho e realiza investimentos produtivos ou especulativos;

b) A necessidade fluidez sóciotécnica, através da intensificação da circulação, interagindo com as novas formas de organização, gera, simultaneamente, em perspectiva geográfica, ordem e desordem, organização e desorganização. Na escala global e nacional, as redes organizam o espaço de atuação das grandes corporações, buscando reduzir o tempo de circulação entre escalas. Já em escala local, as redes geram desordem, pois buscam a desregulamentação e o ajuste das leis locais aos organismos internacionais, criando problemas de exclusão social e marginalização de centros urbanos.

No entanto, apesar da crença generalizada no fim dos territórios e regiões, devido à homogeneização e indiferenciação espacial, ocorre o contrário: a comunicação através de novas redes se pauta na seletividade espacial e na importância estratégica da localização geográfica (DIAS, 2006). O que ocorre, atualmente e em virtude da organização espacial em rede, é a sucessão cada vez mais rápida de movimentos de territorialização, desterritorialização e de reterritorialização, tanto do capital em movimento quanto das sociedades locais e regionais.

A globalização, em uma primeira perspectiva, aparece como processo inerentemente capitalista e de viés econômico e que traz um caráter desterritorializador, tanto nos discursos

quanto nas práticas. Segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), a globalização econômica estendida em todo o planeta teria como pré-requisitos a ruptura de fronteiras, perda de influência de condicionamentos locais e expansão de uma dinâmica de acumulação e concentração de capital no mundo.

No entanto, essa desterritorialização é mais um argumento de defesa da integração econômica através da desregulamentação dos mecanismos de trocas e de produção, do que efetivamente a realidade de um planeta sem Estados-nação e fronteiras econômicas, sociais e políticas. O que ocorre, na verdade, é o advento de uma nova ordem mundial e divisão internacional do trabalho, que passa a diferenciar os espaços produtivos conforme seu nível tecnológico e qualificação/custos da força-de-trabalho, aprofundando as desigualdades e diferenciações entre regiões e lugares.

O elemento espacial e estrutural de entendimento da globalização, a face geográfica da mesma, é o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996). O conteúdo espacial e temporal sugerido do MTCI baseia-se na interação da ciência com a técnica na obtenção de funcionalidades que facilitem a atuação do mercado globalizado; sendo que os objetos geográficos criados precisam gerar informações sobre todos os aspectos do mundo, inclusive sobre a natureza. No Brasil, a expansão dos recursos da informação ocorre de forma seletiva e abre novas possibilidades da produção e circulação dos insumos, produtos, dinheiro, ideias, informações, ordem e homens. Essa fluidez do espaço passa a distinguir áreas mais ou menos valorizadas conforme a influência das informações e das finanças, definindo novos usos e zonas de densidades de capital e infraestrutura, e zonas de escassez.

Podemos afirmar, portanto, que a análise do desenvolvimento no período técnico-científico-informacional da globalização é cada vez mais marcada pela realidade de um processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das estratégias e dinâmicas socioeconômicas e políticas, que criam e sustentam o desenvolvimento. Territorialização indica, enquanto conceito explicativo bastante difundido por Haesbart (2004), o enraizamento e identificação de um grupo, organização ou indivíduo com um território, tanto em termos políticos, econômicos, mais materiais, quanto em termos culturais, fortemente imateriais.

No entanto, com a deslocalização crescente dos capitais e aumento da velocidade dos fluxos em redes, aumenta em intensidade o movimento de desterritorializar, ou seja, perder laços de vinculação e apropriação com um território específico, ou por desejo de deslocalizar ou por necessidade conduzida pela exclusão e segregação socioespacial.

Em termos econômicos, podemos tanto falar da desterritorialização planejada das empresas transnacionais quanto da desterritorialização não planejada e caótica das pequenas empresas e negócios locais, subordinadas à lógica oligopolista de concentração capitalista e que faz com que esses negócios ora desapareçam, ora reapareçam.

Assim, a reterritorialização é esse movimento de busca por reconstruir vínculos de inserção e reestruturação em outros espaços que não os de origem, ou em momentos históricos diferentes com outras funções e formas. No desenvolvimento capitalista, a reterritorialização é sintoma de mobilidade funcional de uma empresa, ou estratégia de resistência ou sobrevivência de um produto e marca no cenário competitivo globalitário (SANTOS, 2001).

Uma das formas principais de se pensar as evidências da territorialização da globalização é se debruçar sobre a escala local de análise, escala que traz a concretude da economia-mundial ao nível espacial e onde se pode pensar na solução de maior parte dos problemas econômicos e sociais. Spósito (2004) nos traz nove enfoques para se pensar na lógica de ação dos atores e suas práticas sociais diante da dialética do global-local:

- a) Descentralização: transferência de poder decisórios para níveis mais próximos da população;
- b) Papel mobilizador: as administrações locais podem organizar forças sociais para atender os objetivos das comunidades;
- c) Organização dos atores sociais: em cidade pode ocorrer a constituição de foros de discussão e incentivo ao aparecimento de parcerias;
- d) Enfoque da inovação: envolve e inovação e experimentação de novas tecnologias e práticas sociais;
- e) Utilização racional de recursos: identificação de recursos e formação de capital social;
- f) Eixos críticos de ação: pode desencadear a mobilização dos grupos sociais desprovidos de base socioeconômica e pessoas marginalizadas;

g) Políticas de integração: trabalhar a matriz de decisões visando ultrapassar a oposição estatização/planejamento versus privatização/mercado;

h) Acesso a informações: possibilidade de acesso por todos os grupos sociais acerca da prestação de contas dos gestores públicos e a eficácia/eficiência/efetividade das políticas públicas.

LEITURAS SOBRE A INSERÇÃO DO BRASIL NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

A configuração territorial da globalização envolve a simbiose da inserção das redes em ambientes regionais de arranjos organizacionais variados. No caso brasileiro, observamos diversas formas de interpretação do processo de inserção do nosso território na economia-mundo capitalista. Ou seja, o Estado e território nacionais vão trabalhar como mediações do local com o global.

Oliveira (1996) define o modelo adotado pelo Brasil como de inserção subordinada ao capitalismo mundial, sobretudo pelo aumento, nos anos 1980 e parte dos 1990, da dívida externa e da dívida pública interna. Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) acrescentam que o modelo brasileiro de inserção na divisão internacional do trabalho e na nova ordem mundial está associado ao projeto neoliberal que conduziu nossa economia, nos últimos anos, com a aplicação de políticas de privatização e de desregulamentação aliadas a um novo padrão tecnológico, à aceleração de trocas de produtos, capital, informações, facilitando, também, a circulação de pessoas.

Santos (2001), seguindo na mesma linha crítica, identifica, sob a modernização agrícola e industrial recente, um processo de compartimentação e fragmentação do espaço brasileiro, tornando determinadas áreas produtivas e de circulação do capital comercial e de serviços como *lôcus* subordinados às lógicas dominantes, lógicas das empresas globais que mobilizam um processo de competição entre lugares para atraírem investimentos. Em complemento, Santos e Silveira (2010) configuram o Brasil como um espaço nacional da economia internacional, ocorrendo, aqui, um processo de privatização do território (espaços corporativos) face à lógica de ação espacial das empresas.

E esses espaços são marcados pela crescente especialização da produção nos lugares e de sua inserção em escala nacional e global por meio da divisão territorial do trabalho e da ideia de produtividade espacial. Esses subespaços passam a competir entre si, conforme seus atributos naturais, técnicos e organizacionais, para receberem investimentos externos, configurando uma verdadeira "guerra entre lugares".

A economia globalizada reclama condições territoriais indispensáveis para sua produção e regulação. Esses espaços globalizados tanto são espaços agrícolas como industriais e de serviços, e caracterizam-se pela inserção em uma cadeia produtiva global, pelas relações distantes e, frequentemente, estrangeiras que criam e por sua lógica extravertida. [...] O comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é, direta ou indiretamente, influenciado e subordinado, acarretando efeitos não desejados e não previsíveis (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 257-258).

No quesito "industrialização brasileira", Scarlato (1996) analisa que o Brasil entrou na divisão do trabalho, nos anos 1950, 1960 e 1970, como associado comercial das atividades multinacionais na concorrência internacional pelos mercados de produtos industrializados, colocando a região Sudeste na vanguarda da modernização, face à pré-existência local e regional de economias externas, fazendo acentuar as disparidades regionais. Assim, o Brasil pode ser qualificado como um país "subdesenvolvido industrializado", pois a industrialização nacional foi capaz, a partir de sua aglomeração polarizadora paulista, suprir a mesma faixa de produtos industrializados do mundo desenvolvido e oferecer ao país bens de consumo e bens de capital. No entanto, esse processo foi acompanhado de uma redução relativa do poder aquisitivo das massas e investimentos e modernização de equipamentos concentrados locacionalmente em áreas com potencial para a produção exportadora.

E, no período atual, o fator motor da interligação do território nacional e de seu equipamento e mercado passa a ser a informação e não mais a indústria (SANTOS; SILVEIRA, 2010). Esse cenário de mudanças se expressa pelos seguintes fatores: a) Manutenção de São Paulo como polo nacional da indústria e da centralidade econômica; b) Ascensão das atividades terciárias e de serviços; c) Caráter menos unificador e mais centrifugador do Estado-federal; d) Centralidade política fortalecida em Brasília; e) Abertura econômica e regulação delegada aos centros econômicos e políticos, regulação esta que se encontra fora de sua competência

territorial; e) Expansão da agricultura comercial e científica globalizada em espaços do Centro-oeste e Norte do país, com impactos sobre as redes de circulação e o ordenamento da rede urbana, com aumento de importância das cidades médias.

No plano de questão regional e da gestão do território, Egler (2006) afirma que a reestruturação econômica e a globalização da economia mundial afetaram diretamente as relações Estado-região e a própria capacidade regionalização do Estado-nação brasileiro. Por um lado, o Estado brasileiro mostrava aparente enfraquecimento, nos anos 1990, diante da redução do ritmo de crescimento da economia nacional e a perda de sua capacidade extrativa devido à generalização de formas de subcontratação entre empresas. Além disso, ressaltava-se a questão da redução do processo de concentração espacial e inter-regional da atividade industrial, ocorrendo, de fato, uma desconcentração espacialmente seletiva da produção e uma concentração da gestão financeira e estratégica das empresas, muito ligada ao papel centralizador de cidades mundiais como São Paulo.

No entanto, o Estado ainda reivindica sua importância em determinadas situações, como, por exemplo, na viabilização de localizações industriais vinculadas às novas tecnologias, como é o caso dos polos tecnológicos. Com isso, Egler (2006, p. 226) pontua que

Essa talvez seja a principal observação acerca da reestruturação produtiva e as novas condições de operação do Estado. Não é mais possível que as fronteiras sejam abertas apenas para os investimentos concentrados em grandes projetos. É necessária uma intensa cooperação entre as diversas esferas de poder para criar campos de atração para o investimento produtivo, garantindo desde as obras de infraestrutura até a formação e qualificação da força de trabalho. Isso não é possível sem a forte participação de autoridades locais e regionais (*e nacionais*), o que coloca a questão do federalismo em outro patamar, ultrapassando os limites do ajuste político para fincar raízes no terreno da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise nos trouxe o entendimento de que a constituição da globalização e seu aspecto geográfico do meio técnico-científico-informacional podem ser tratados como conjuntos processuais baseados em elementos políticos, tecnológicos e informacionais geradores

de integração e fragmentação territorial, criando desigualdades espaciais conforme o domínio do capital e da tecnologia que cada subespaço apresenta na economia-mundo.

Pensando em desenvolvimento, evidencia-se que o capital globalizado privilegia determinadas 'regiões ganhadoras' dotadas de condições favoráveis à maior produtividade do investimento, alijando outras que, mais desprovidas de arcabouços técnicos e normativos favoráveis, ficarão suscetíveis à exclusão territorial ou à adesão, a qualquer custo, ao capital global como norma desterritorializadora.

Posto isso, o aspecto polissêmico e multifatorial da globalização torna ela um tema de abrangência sem paralelo e carregado de matizes teórico-ideológicas variadas para sua interpretação, produzindo, nos círculos acadêmicos, inúmeras polêmicas e confrontos. Além disso, sua compreensão espacial nos cobra a necessidade de pensar o território, como o espaço produzido, em seus diversos campos de conteúdo (político-estatal; econômico-empresarial e cultural simbólico) e em sua dinâmica de enraizamento e desenraizamento, pensando-se naquilo que movimenta e produz o espaço: as pessoas, as firmas e as instituições públicas.

Sendo assim, o Brasil participa dessa economia globalizada e globalizadora inicialmente em posição subalterna, alvo dos investimentos estrangeiros em busca das melhores condições de produtividade espacial. Ao mesmo tempo, a territorialização do capital globalizado expõe, em alto nível, os problemas inerentes às profundas desigualdades regionais que marcam a história da modernização do país, reforçando a importância do Estado como agente de integração do desenvolvimento.

Nesse sentido, toda leitura que se faça sobre o tema da globalização parece incompleta e parcial, pois, a cada novo ciclo da economia capitalista, nos aparecem os seguintes questionamentos, que são válidos também para a globalização: trata-se de um novo paradigma de acumulação? O anterior chegou ao fim? O novo paradigma convive com o anterior ou é sua negação? Esse novo paradigma resolverá os problemas sociais e econômicos do mundo? Como o Estado, o capital e a classe trabalhadora se organizam nesse novo ciclo? E o espaço e suas escalas de análise (local, o regional, o nacional e o global), quais (ou qual) dessas escalas serão (ou é) mais relevantes? Os pensadores já passaram muito tempo – e é certo que ainda passemos

anos – refletindo, e nunca chegemos a um consenso sobre como responder a essas questões. Mas temos que continuar tentando.

GLOBALIZATION AND ITS GEOGRAPHIC FEATURES: A LITERATURE REVIEW

Abstract: This article aims to analyze, through a literature review of selected works, the central geographical aspects that can be identified as fundamental to explain the globalization theme, period and process. Accordingly, our analysis will look at the social, political and economic factors that reflect certain authors as indicative of a new period of capitalist accumulation. In critical perspective, we discuss the dialectic intrinsic of (de)territorialization of individuals, groups and networks face the confrontational relationship with imposition and resistance between global and local space levels, especially understanding of Brazil's position in intermediate level of the world-economy.

Keywords: *Globalization. Middle technical-scientific-informational. Brazil. (Des) territorialization.*

REFERÊNCIAS

- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização:** Na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, Georges. “Recomposição dos espaços”. In: **Interações:** Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande/MS, UCDB, v. 1, n. 2, março de 2001, p. 7-12.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- DIAS, Leila C. “Redes: Emergência e organização”. In CASTRO, Iná E. *et al.* **Geografia:** Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- EGLER, Cláudio. “Questão regional e gestão do território no Brasil”. In: CASTRO, Iná E. *et al.* **Geografia:** Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova desordem mundial.** São Paulo: Edunesp, 2006.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- MAMIGONIAN, Armen. “Marxismo e globalização: As origens da internacionalização mundial”. In: SOUZA, A. J. de. *et al.* **Milton Santos:** Cidadania e globalização. Bauru: AGB/Saraiva, 2000, p. 95-100.
- MAMIGONIAN, Armen. “Capitalismo e socialismo em fins do século XX (visão marxista)”. In: **Ciência Geográfica,** Bauru- São Paulo, v. 7, n. 18, 2001, p. 04-09.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. “A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX”. In: ROSS, Jurandir L. S. (Org.), **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, T. E. Globalização e exclusão: A dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre/RS, Programa de Pós-graduação em Sociologia, ano 3, n. 6, p. 170-198, jul./dez. de 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 10ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCARLATO, Francisco C. “O espaço industrial brasileiro”. In: ROSS, Jurandir L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Edunesp, 2004.